Vol. 0, nº 287 segunda-feira, 8 de junho de 2026 · ISSN 3086-9293

OBSERVATÓRIO

EVOLUTA

Notícias e análises da administração pública evoluta.adm.br/observatorio

IDEIAS DE HARVARD

Profissional de saúde mental na central de emergência: o modelo

O Government Performance Lab, da Harvard Kennedy School, descreveu duas formas de colocar profissionais de saúde mental dentro das centrais de emergência dos EUA: resolver chamadas por telefone ou triar e despachar equipes de campo. A experiência de Austin e…



Imagem ilustrativa

NESTE NÚMERO

Profissional de saúde mental na central de emergência: o modelo 2
Análise e guias: 2 artigos 3
Prazos e expediente 5

ISSN 3086-9293 · Vol. 0, nº 287
00287 >
9 773092 900800

BOAS PRÁTICAS MUNICIPAIS

Selo UNICEF 2025-2028: o que os municípios fazem para conquistar

O Selo UNICEF 2025-2028 reúne 2.266 municípios, recorde do programa, e certifica em 2028 as cidades que avançarem em indicadores de infância e adolescência. A adesão é voluntária e gratuita, com apoio técnico do UNICEF.

IDEIAS DE HARVARD

Doações de campanha e licenças de moradia: o achado de Harvard

Um estudo ligado à Harvard Kennedy School analisou mais de 3 milhões de doações de campanhas municipais nos Estados Unidos. Concluiu que mais dinheiro do setor imobiliário levou a mais licenças de moradia multifamiliar, sobretudo em…

ISSN 3086-9293 · Vol. 0, nº 287 (8 jun. 2026)

IDEIAS DE HARVARD

Profissional de saúde mental na central de emergência: o modelo

O Government Performance Lab, da Harvard Kennedy School, descreveu duas formas de colocar profissionais de saúde mental dentro das centrais de emergência dos EUA: resolver chamadas por telefone ou triar e despachar equipes de campo. A experiência de Austin e…

ISSN 3086-9293 · Vol. 0, nº 287, art. 2 (8 jun. 2026)

Quando alguém em crise liga para a central de emergência, quem atende costuma ser um operador treinado para classificar ocorrências de polícia, bombeiros e urgência médica, não para acolher uma pessoa em sofrimento psíquico. Em novembro de 2024, o Government Performance Lab (GPL), da Harvard Kennedy School (HKS), publicou o resumo de uma estratégia que muda essa porta de entrada: instalar profissionais de saúde mental dentro da própria central 911 dos Estados Unidos. O tema interessa a qualquer município que organize atendimento de urgência.

A ideia em resumo

O texto parte de programas de resposta alternativa, que desviam certas chamadas da polícia para equipes treinadas em desescalada e encaminhamento a serviços da comunidade. O GPL identifica duas funções possíveis para o profissional de saúde mental que trabalha na central. Na primeira, ele **resolve a chamada por telefone**: acolhe, acalma e encaminha. Na segunda, ele faz **triagem e despacho**: avalia se a ocorrência é adequada a uma equipe alternativa e, se for, aciona essa equipe. Alguns programas combinam as duas funções, como o de Durham, na Carolina do Norte.

O que o material mostrou

A publicação reúne aprendizados da turma de 2023-24 do programa de apoio do GPL, com 15 participantes, e de entrevistas com quatro líderes de programas. Ela mesma diz tratar-se de lições iniciais, não de uma avaliação formal.

Resolver por telefone. Segundo o GPL, a vantagem é aliviar os atendentes tradicionais, que podem transferir ligações de alta intensidade, como as de ideação suicida, e dar uma resposta imediata a quem tem necessidade mais leve, como uma crise de pânico. Isso também pode reduzir deslocamentos de equipes. O modelo funciona melhor quando quem liga é a própria pessoa em crise; rende menos quando a ligação vem de familiar ou de quem presencia a cena. E corre o risco de duplicar serviços onde já existe uma linha de apoio emocional.

Austin, no Texas, é o exemplo: 17 pessoas atuam na central, entre coordenação, supervisão clínica e profissionais de saúde mental. Segundo uma gestora do serviço, desde dezembro de 2019 elas acionaram a equipe de campo em cerca de 8% a 10% das chamadas e resolveram de 80% a 85% sem devolver o caso à polícia. Atenção: é um número informado por uma gestora, sem período, base de cálculo ou verificação independente.

Triar e despachar. Aqui o profissional revisa filas e anotações e pode identificar tipos de ocorrência que cabem na resposta alternativa, além dos poucos previstos no início. Também dá segurança ao atendente, que na dúvida passa a decisão a um especialista. Exige espaço, computadores e treinamento na central. Em Phoenix, a função foi desenhada em torno do despacho, para ocorrências comunicadas por terceiros. A cidade desistiu de exigir mestrado em serviço social e passou a pedir experiência relevante e/ou graduação, porque a função é de despacho, e não de tratamento clínico.

O GPL lembra ainda que quem não tem profissional dentro da central pode usar a experiência clínica de outro modo: escrever perguntas de triagem mais claras para os atendentes e treiná-los.

Como aplicar no Brasil

O desenho institucional brasileiro é diferente, com números separados para polícia, bombeiros e urgência médica, e regulação própria no SAMU. Por isso, a lição útil é a de método, não de cópia.

- **Mapeie as ocorrências psicossociais.** Reúna, por três a seis meses, os registros da guarda municipal, do atendimento de urgência e do 156 ou equivalente: quantas chamadas envolvem crise, quem liga (a própria pessoa, família ou terceiro) e para onde o caso foi.
- **Escolha a função antes de contratar.** Se a maioria das ligações vem de terceiros, o ganho está em triagem e encaminhamento; se vem da própria pessoa, o foco é orientação por telefone.
- **Escreva um roteiro de triagem com a rede de saúde mental.** A Lei 10.216/2001 prevê que a internação só é indicada quando os recursos extra-hospitalares são insuficientes (art. 4º); o roteiro deve dizer quando acionar o CAPS, a unidade de saúde ou a regulação médica.
- **Defina a escalada.** Todo caso resolvido por telefone precisa de um caminho rápido para a ajuda presencial, se a situação piorar.
- **Treine os atendentes** com a equipe de saúde mental e revise os casos em reunião curta, como no modelo de gestão ativa de rotinas.
- **Meça pouco e bem:** tempo até o primeiro contato, proporção de casos resolvidos sem deslocamento e retorno posterior ao serviço de saúde.

Consulte a Lei 10.216/2001 no Planalto e peça parecer da procuradoria sobre atribuições de cada órgão e sobre o compartilhamento de dados de saúde, que são dados pessoais sensíveis (art. 5º, II, e art. 11 da LGPD).

Cuidados e limites

A base é pequena: 15 programas participantes e quatro entrevistas, sem grupo de comparação, sem custos e com um único dado numérico (o de Austin). Não há resultados divulgados para

ISSN 3086-9293 · Vol. 0, nº 287 (8 jun. 2026)

Phoenix. Outros pontos não se transferem automaticamente: o sistema de saúde, a cobertura da rede de atenção psicossocial e a divisão de competências entre município, estado e União. Trate a ideia como hipótese de organização a testar em escala pequena. Este texto é uma leitura própria da Evoluta, feita por profissionais com formação pela Harvard Kennedy School, sem vínculo da empresa com a HKS.

Fontes:
Embedding Behavioral Health Professionals in 911 Call Centers — Harvard Kennedy School, Government Performance Lab (govlab.hks.harvard.edu)
Lei nº 10.216/2001, art. 4º — Planalto (planalto.gov.br)
Lei nº 13.709/2018 (LGPD) — Planalto (planalto.gov.br)

Análise e guias

BOAS PRÁTICAS MUNICIPAIS

Selo UNICEF 2025-2028: o que os municípios fazem para conquistar

O Selo UNICEF 2025-2028 reúne 2.266 municípios, recorde do programa, e certifica em 2028 as cidades que avançarem em indicadores de infância e adolescência. A adesão é voluntária e gratuita, com apoio técnico do UNICEF.

ISSN 3086-9293 · Vol. 0, nº 287, art. 1 (8 jun. 2026)



Imagem ilustrativa

O **Selo UNICEF** é um dos programas mais conhecidos de reconhecimento de municípios que cuidam de crianças e adolescentes. Na edição 2025-2028, aderiram 2.266 municípios brasileiros, o maior número da história do programa, o que equivale a cerca de 40% das cidades do país, segundo coluna publicada pelo próprio UNICEF Brasil na revista Exame em outubro de 2025.

Como funciona

O programa segue uma metodologia de quatro anos. Os municípios aderem de forma **voluntária e gratuita**, comprometem-se a colocar crianças e adolescentes no centro das políticas públicas e recebem apoio técnico, que inclui formação, monitoramento de indicadores e acompanhamento metodológico. A certificação internacional é concedida em 2028 às cidades que alcançarem os avanços esperados.

A prioridade da edição é a Amazônia Legal, o Nordeste e o norte de Minas Gerais, regiões em que os indicadores sociais de infância são mais frágeis. Os eixos citados na coluna incluem frequência escolar (Busca Ativa Escolar), imunização e proteção contra a violência, com atenção especial a crianças indígenas e quilombolas.

Exemplo estadual: Tocantins

O Correio da Manhã registrou que, pela primeira vez, os 139 municípios do Tocantins aderiram ao Selo, contra 73 no ciclo anterior. A reportagem atribui o resultado ao diálogo do governo estadual com prefeituras e secretarias municipais, que coordenou e orientou os gestores locais. Isso mostra um caminho para estados e associações municipalistas: apoiar a adesão e a execução, não apenas divulgar.

Resultados informados pelo programa

A coluna do UNICEF informa resultados do ciclo anterior, como: entre 2013 e 2022, o programa ajudou a manter mais de 100 mil crianças na escola; entre 2020 e 2023, a cobertura da segunda dose da tríplice viral subiu 17,7% nos municípios certificados (de 56,4% para 66,4%), contra 2,6% no país; e a evasão escolar caiu 47% nos 923 municípios certificados em 2024, ante queda de 38% no país entre 2019 e 2023. Atenção: são dados divulgados pelo próprio programa, em texto institucional, e não passaram por avaliação independente nesta apuração.

O que dá para replicar, mesmo sem aderir

1. **Escolha poucos indicadores e acompanhe todo mês.** O programa trabalha com indicadores de frequência escolar, vacinação e violência; um painel simples já muda a conversa na secretaria.
2. **Crie um comitê intersetorial.** Educação, saúde e assistência social precisam olhar os mesmos dados de crianças.
3. **Use a busca ativa.** Localizar crianças fora da escola ou com vacina atrasada exige rotina e integração de cadastros.
4. **Defina metas para quatro anos.** O ciclo de mandato favorece planejamento que atravessa mudanças de gestão.
5. **Documente tudo.** Quem se prepara para certificação precisa de evidências e relatórios.

Antes de aderir, confirme com o UNICEF e com o governo do seu estado se o município está na área prioritária e quais são as regras do ciclo. A adesão do município para esta edição já ocorreu, e a próxima abertura depende da coordenação do programa.

Perguntas frequentes

Meu município pode aderir agora?

A adesão à edição 2025-2028 já foi apurada em 2025. Para saber se há nova janela ou como participar de ações do ciclo, procure o UNICEF e a coordenação estadual do Selo.

O Selo dá dinheiro ao município?

As fontes consultadas descrevem apoio técnico (formação, monitoramento de indicadores e acompanhamento metodológico) e adesão gratuita. Não há menção a repasse financeiro nessas fontes.

ISSN 3086-9293 · Vol. 0, nº 287 (8 jun. 2026)

Por que acompanhar o programa mesmo sem aderir?

Porque a metodologia reúne áreas que costumam trabalhar separadas e usa indicadores públicos, o que pode ser replicado em um painel próprio.

Checklist de preparação

- Responsável político e responsável técnico indicados;
- Indicadores de frequência escolar, vacinação e violência levantados;
- Reunião mensal entre educação, saúde e assistência social;
- Rotina de busca ativa com fluxo e prazos;
- Relatório semestral com avanços e dificuldades.

Fontes:
Selo UNICEF: o maior programa com foco em direitos de crianças e adolescentes na América Latina — Exame (coluna de Mário Volpi, UNICEF) (exame.com)
Tocantins alcança 100% de adesão ao Selo UNICEF — Correio da Manhã (correiodamanha.com.br)

IDEIAS DE HARVARD

Doações de campanha e licenças de moradia: o achado de Harvard

Um estudo ligado à Harvard Kennedy School analisou mais de 3 milhões de doações de campanhas municipais nos Estados Unidos. Concluiu que mais dinheiro do setor imobiliário levou a mais licenças de moradia multifamiliar, sobretudo em eleições sem candidato à…

ISSN 3086-9293 · Vol. 0, nº 287, art. 3 (8 jun. 2026)

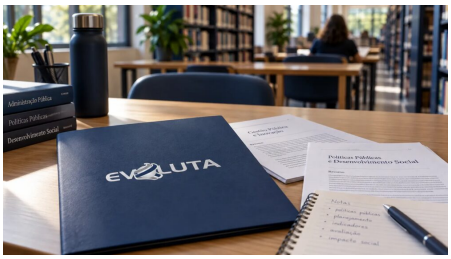

Imagem ilustrativa

As **doações de campanha** podem mudar quanto de moradia uma cidade autoriza? Um artigo de pesquisa indexado pela Harvard Kennedy School (HKS), Funding the Growth Machine: The Effects of Municipal Campaign Contributions on Housing Policy Outcomes, responde que sim, nos Estados Unidos. Os autores são Jennifer Gaudette e Justin de Benedictis-Kessner, professor da HKS, e a página da publicação é de 23 de setembro de 2025.

A ideia em resumo

A literatura sobre dinheiro na política olhou muito para o nível federal. No nível local, os estudos costumavam tratar de quem doa e para quem. O efeito dessas doações sobre as decisões da prefeitura, dizem os autores, era praticamente inexplorado. A pesquisa tenta preencher esse vazio com um foco preciso: as contribuições do setor imobiliário e a aprovação de novas moradias.

O que a pesquisa mostrou

Os pesquisadores montaram uma base com mais de 3 milhões de doações de campanhas municipais, de milhares de cidades americanas. Usaram um desenho estatístico de diferenças em diferenças, que compara cidades ao longo do tempo para isolar o efeito causal das doações. Os achados, segundo o resumo oficial:

- mais doações de grupos do setor de incorporação estão associadas a **mais licenças para moradia multifamiliar**;
- essas doações vão, em sua maioria, para candidatos que **não ocupam o cargo**, isto é, desafiantes e não titulares;
- o efeito é maior em **eleições sem titular** (cargo aberto), o que sugere que o mecanismo é apoiar novos candidatos favoráveis a construir mais, e não convencer quem já governa.

Vale registrar o que o resumo não traz: tamanho do efeito, período coberto e cidades específicas. Isso exigiria o artigo completo, que não está no texto público da página.

Por que esse resultado interessa ao gestor municipal

Licenciar moradia é uma das decisões mais sensíveis de uma prefeitura: mexe com preço de terrenos, com a paisagem da cidade, com o orçamento de infraestrutura e com a vida de quem procura onde morar. O estudo chama atenção para um ponto que costuma ficar fora do debate técnico: quem chega ao poder pode trazer consigo uma agenda urbanística apoiada por determinados grupos. Isso não é, por si, um problema; o problema surge quando as regras de aprovação são obscuras e o cidadão não consegue saber por que um projeto passou e outro não.

Para câmaras municipais, a mensagem é semelhante. Projetos de lei de zoneamento, de outorga onerosa ou de revisão do plano diretor merecem pauta pública, análise técnica anexada e prazos que permitam a manifestação da sociedade. Quanto mais previsível e documentado é o caminho da decisão, menos ela depende de quem teve acesso a quem.

Como aplicar no Brasil

O contexto brasileiro é diferente e o estudo americano não se transpõe diretamente. Aqui, a Lei 9.504/1997 só admite doações de pessoas físicas a campanhas, limitadas a 10% dos rendimentos brutos do doador no ano anterior à eleição (art. 23, § 1º); o artigo que permitia doações de empresas (art. 81) foi revogado em 2015. O que se aproveita é o olhar sobre a decisão urbana como um processo que pode sofrer pressão e, por isso, precisa de transparência. Passos para prefeituras e câmaras:

1. **Publique o fluxo do licenciamento.** Mostre, em linguagem simples, cada etapa de aprovação de empreendimentos, prazos e critérios, de modo que a decisão dependa de regra e não de relacionamento.
2. **Dê visibilidade às decisões.** Divulgue em painel aberto os projetos aprovados, negados e em análise, com data e justificativa técnica.
3. **Registre as audiências.** Mantenha agenda pública de reuniões entre agentes públicos e representantes de empreendimentos, com pauta e participantes.
4. **Use critérios objetivos no plano**

diretor. Quanto mais claras as regras de uso e ocupação do solo, menor o espaço para decisões discricionárias.

5. **Fortaleça o controle interno.** Trilhas de auditoria sobre alvarás e exceções permitem identificar padrões fora do normal.
6. **Treine servidores e vereadores** em integridade e conflito de interesses, com casos práticos de matéria urbanística.

Cuidados e limites

O estudo mostra associação robusta no contexto americano, mas não prova que o mesmo ocorra no Brasil e nada diz sobre ilegalidade: as doações analisadas eram lícitas lá. Também não discute se mais licenças são boas ou ruins; trata do efeito, não do mérito da política de moradia. Qualquer medida de transparência deve respeitar a LGPD e a legislação municipal, com apoio da procuradoria. Este texto é uma leitura própria da Evoluta, feita por profissionais com formação pela Harvard Kennedy School, sem vínculo da empresa com a HKS.

Fontes:
Funding the Growth Machine: The Effects of Municipal Campaign Contributions on Housing Policy Outcomes — Harvard Kennedy School (publicações), Gaudette e de Benedictis-Kessner (hks.harvard.edu)
Lei nº 9.504/1997 (arts. 23 e 81) — Planalto (planalto.gov.br)

Próximos prazos

16/11	eSocial, EFD-Reinf e DCTFWeb: obrigações mensais da folha (Competência outubro/2026: eSocial (S-1200, S-1202 e S-1299) e EFD-Reinf)
20/11	Repasse mensal à Câmara (art. 29-A) e limites de gasto do Legislativo (Repasse de novembro de 2026)
30/11	eSocial, EFD-Reinf e DCTFWeb: obrigações mensais da folha (Competência outubro/2026: DCTFWeb)
30/11	RPPS: DAIR, DIPR, DPIN e DRAA à Secretaria de Previdência (DAIR de outubro/2026)
30/11	RPPS: DAIR, DIPR, DPIN e DRAA à Secretaria de Previdência (DIPR do 5º bimestre de 2026)
30/11	13º salário dos servidores municipais (Empregados CLT (Lei nº 4.749/1965, art. 2º): fim da janela do adiantamento (1ª parcela) em 2026)

Datas sujeitas à confirmação no ato de cada ano e na lei local. Calendário completo: evoluta.adm.br/prazos/

EVOLUTA

Eficiência e inovação na gestão.

A Evoluta reúne a Evoluta Assessoria e o Instituto Evoluta e atende prefeituras, câmaras municipais, autarquias, terceiro setor e organizações de políticas públicas, com atuação em mais de 100 cidades, em todos os estados do Brasil.

ÁREAS DE ATUAÇÃO

Gestão Pública & Desenvolvimento Institucional · Projetos & Processos · Escola de Governo · GovTech & Produtos Digitais · Comunicação Institucional & Legislativa · Parcerias & Compras Públicas

SERVIÇOS LIGADOS AOS TEMAS DESTE NÚMERO

Mapeamento e Redesenho de Fluxos e Processos
Análise e reorganização dos procedimentos de trabalho, com eliminação de etapas redundantes e definição de responsabilidades...

Integração de Processos entre Áreas
Definição de responsabilidades, prazos e mecanismos de articulação para atividades que dependem da atuação conjunta de...

Atendimento Humanizado e Experiência do Usuário
Aprimoramento das jornadas, dos protocolos e dos canais de atendimento, com capacitação das equipes para uma...

WhatsApp
+55 16 3331-5868
Cursos gratuitos
Escola de Governo: 7 cursos on-line com certificado
evoluta.adm.br/ead

OBSERVATÓRIO
EVOLUTA
Publicação diária de notícias e análises da administração pública

EXPEDIENTE

Editor responsável	Matheus Bernardo Delbon
Corpo editorial	Charles Vinícius, Caique Camilo e Gustavo Bispo
Editora	Instituto Evoluta, CNPJ 52.385.606/0001-96. Rua São Bento, 1.271, Centro, Araraquara-SP, CEP 14801-300
Periodicidade	Diária
Este número	Vol. 0, nº 287 (8 jun. 2026)
Redação	observatorio@evoluta.adm.br
ISSN	3086-9293

Número on-line